

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA VIVIDA PELAS PARTURIENTES NA ASSISTÊNCIA DO PARTO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA



<https://doi.org/10.22533/at.ed.2241225150410>

Data de aceite 23/05/2025

Kassia Regina Martins da Silva

Discente do curso de Enfermagem da
Faculdade de Ciências de Timbaúba -
FACET

Rosangela Rosendo da Silva

Docente do curso de Enfermagem da
Faculdade de Ciências de Timbaúba -
FACET

RESUMO: Introdução: Violência obstétrica é compreendida como toda e qualquer prática realizada por profissionais de saúde contra mulheres, afetando seu bem-estar físico, sexual e psicológico. Objetivo: Ressaltar as repercussões causadas às parturientes que vivenciaram a violência obstétrica. Materiais e Métodos: O artigo trata-se de um estudo de revisão da literatura, utilizando como fontes de pesquisa artigos publicados em revistas eletrônicas de saúde e indexados nas bases de dados eletrônicos BDNF, LILACS e SCIELO. Após a aplicação de critérios de inclusão, foram selecionados artigos que compuseram este estudo. Resultados e Discussão: A pesquisa identificou que as principais formas de violência obstétrica incluem a manobra de Kristeller, o uso do hormônio ocitocina

e cesarianas realizadas sem indicação médica. Os profissionais de enfermagem desempenham o papel de promover a humanização em todo o processo de parto, sendo os que mais têm contato com as pacientes. Apesar disso, esses profissionais, junto à equipe médica, são os que mais cometem violência obstétrica. Como consequência, os sentimentos mais comuns relatados pelas pacientes incluem vulnerabilidade e inferioridade. Considerações Finais: É fundamental promover uma maior disseminação de conhecimento entre as mulheres sobre seus direitos e sobre a violência obstétrica para prevenir tais ocorrências.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Obstétrica; Parto; Humanização.

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, as mulheres têm quebrado paradigmas dentro da sociedade, ganhando, para que assim, obtenha-se maior espaço e autonomia. Apesar dos avanços diante dos direitos das mulheres, é notório que os altos níveis de violência contra a mulher persistem. (Silva *et al.*, 2019).

Garcia et al. (2023) explicitam violência como todo ato de agressão ou negligência a uma pessoa, que pode causar danos, caracterizando-se como um preocupante problema social.

É considerada violência obstétrica (VO) como toda e qualquer prática realizada integralmente contra a mulher por qualquer profissional de saúde, atingindo seu caráter psicológico, físico e sexual desta forma resulta-se a uma atenção precária e desumana, com abusos nas intervenções realizadas com interferências farmacológicas que induzem a perturbações patológicas nos processos fisiológicos do parir, desta forma oculta a autonomia da parturiente e o seu poder de decisão sobre seu corpo, resultando em grandes implicações negativas para a qualidade de vida psicossocial, afligindo diretamente o binômio mãe-filho (Bitencourt; Oliveira; Rennó, 2022).

Ainda de acordo com os autores supracitados, os principais profissionais que praticam a violência são aqueles que mais convivem com essas mulheres, sendo os médicos e a equipe de enfermagem os mais frequentemente relatados, pois são os responsáveis pela assistência. A violência encontra-se abstraindo-se da via de parto escolhida, sabendo que ocorre no parto vaginal ou operatório.

A ideia de gerar vida é um momento importante para a figura feminina, entretanto em muitos casos são marcados por situações traumáticas. O nascimento passou a ser um evento mecanizado pelos especialistas em saúde, que focam sua atenção apenas no útero, levando à diminuição da autonomia e do papel ativo da mulher durante o processo de parto (Almeida *et al.*, 2022).

O modelo assistencial de saúde obstétrica no Brasil mantém-se institucionalizado, tendo o hospital como pilar para promoção de um cuidado medicalizado e intervencionista. Diante disso, ressalta-se que, há alguns anos, essa forma de nascer vem sendo discutida no âmbito internacional, especialmente no Brasil. Dessa forma, as mulheres costumam buscar um apoio que respeite o contexto fisiológico do parto, enfatizando seu papel ativo e a segurança, minimizando intervenções que possam ser consideradas inadequadas, como episiotomia, manobra de Kristeller, uso de ocitocina sintética e cesarianas (Pereira *et al.*, 2023).

O Ministério da Saúde apresenta diretrizes nacionais para a assistência ao parto normal, com o intuito de oferecer orientações, proteger e promover a humanização no atendimento às mulheres que estão em trabalho de parto, através da adoção de boas práticas. (BRASIL, 2017).

Dessa forma a violência obstétrica é uma entre tantas sofridas pelas mulheres, sendo assim considerada uma violação dos direitos das mulheres em qualquer ato profissional contra o caráter físico que implica dizer que são ações realizadas no corpo da mulher sem a sua autorização, também o que desrespeite ao caráter sexual com apropriação dos processos reprodutivos da mulher e qualquer ação que viole e exponha a sua intimidade, e o caráter psicológico que é utilizado frequentemente pelos profissionais com insultos e palavras de desmotivação (Silva *et al.*, 2019).

Diante do presente contexto a enfermagem obstétrica vem com o papel de minimizar o número de intervenções realizada, trazendo a autonomia e confiança desta mulher, dando a ela de volta seu papel de protagonista, estando presente em vários momentos do processo de parir, desta forma ele garante a preservação do binômio mãe-filho, minimizando assim os agravos da violência obstétrica (Nascimento *et al.*, 2022).

A VO é caracterizada como uma violência que afeta negativamente a experiência das parturientes e pode causar traumas duradouros. Apesar de um crescente reconhecimento da violência obstétrica, ainda há lacunas significativas no entendimento das suas causas, manifestações e impactos na assistência ao parto. Dessa forma, faz-se necessário aprofundar o estudo sobre a violência obstétrica, proporcionando uma visão abrangente das evidências e promovendo uma reflexão sobre a necessidade de mudanças nas práticas assistenciais.

A relevância do tema se justifica pelos altos índices de violência sofridos pelas parturientes. Diante do exposto surgiu a seguinte questão norteadora: quais os sentimentos apresentados pelas parturientes vítimas de violência obstétrica?

O objetivo deste estudo é ressaltar as repercussões causadas as parturientes que vivenciaram a violência obstétrica.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa trata-se de uma revisão da literatura, com o objetivo de ressaltar o que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa escolhido, permitindo uma abordagem sobre o tema que ressalta a violência obstétrica sofrida por mulheres durante sua gestação ou parto.

Segundo (Gil 2008), a revisão de literatura busca as partes adequadas ao processo de seleção, em vista de identificar publicações mais pertinentes para a pesquisa.

Os critérios de inclusão foram artigos completos publicados nos últimos cinco anos que contemplam a temática relacionada. Como critérios de exclusão temos os artigos que não abordaram a temática, resumos, editoriais, cartas de opinião e artigos publicados fora do período estabelecido.

Os artigos foram avaliados à luz da literatura, com base em critérios como relevância, rigor metodológico e contribuição para o tema. Foram utilizados como fonte de pesquisa artigos publicados em revistas eletrônicas de saúde e indexados nas bases de dados eletrônicos: Base de dados de enfermagem (BDENF), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), sendo utilizadas como palavras-chave: violência obstétrica, parto e humanização. Para a localização das publicações, foram utilizados os Descritores das Ciências da Saúde (DeCs) acompanhados pelo operador booleano AND: Violência and Parto and Humanização, por serem os que mais se adequaram aos objetivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aguiar et al. (2020) mostram que, dentro do processo histórico enfrentado pelas mulheres, a luta pela humanização do parto continua, mesmo após a implementação da política nacional de humanização, mantendo-se assim uma luta constante pela garantia do reconhecimento dos direitos da mulher em seu processo de parir.

O processo parturitivo vem deixando de ser um fenômeno de caráter individual e fisiológico, e passou a ser um momento de experiências, que por muitas das vezes, se tornam negativas, perdendo, assim os aspectos individualidade feminina e de naturalidade (Souto *et al.*, 2022).

A prática de humanização do parto visa superar o medo e o isolamento que as mulheres enfrentam dentro do modelo assistencial obstétrico hegemônico, medicalizado e intervencionista (Veloso *et al.*, 2020).

Os dados no Brasil destacam uma alta taxa de cesarianas eletivas, com uma prevalência de 45,5%, chegando a 90% no setor privado. Essa prevalência evidencia que a escolha do parto é fortemente influenciada por fatores não clínicos, destacando entre esses a dor. Dessa forma, demonstra-se a constante luta das mulheres para garantir o poder de escolha durante o processo de parto. Diante da visão profissional a cesariana é tida como uma maior segurança e controle de riscos, otimizando tempo de trabalho de parto (Aguiar *et al.*, 2020).

Almeida et al. (2022), demonstraram que 72% das mulheres entrevistadas relataram desconhecer o conceito de VO, essa falta de informação sobre o tema isso a torna uma realidade preocupante no processo de parto. No entanto, muitas dessas mulheres identificaram ter vivenciado situações de violência, incluindo agressão verbal, discriminação racial, socioeconômica, episiotomia sem consentimento, exames de toque invasivos e agressivos, ameaças, xingamentos, restrição da escolha da posição para o parto, privação de acompanhante, medo e abandono. Também foram relatados procedimentos desnecessários que contrariam diretrizes legais e manuais de boas práticas obstétricas.

A VO acontece através de qualquer intervenção realizada a parturiente ou ao bebê sem o consentimento explícito. Portanto, destaca-se o papel da enfermagem na assistência prestada com atenção humanística à parturiente, reconfigurando assim a ideia ruim que se foi criada diante do parto fisiológico/natural, desse modo atualmente a necessidade de manter o trabalho humanizado e compreender o momento único para a mulher tem sido visto com a finalidade de reduzir potencialmente danos futuros (Alexandria *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2019).

Segundo, Castro e Pontes (2020), acrescentam aos profissionais de enfermagem a função de realizar orientação, manter comunicação efetiva, estimular autonomia são de fundamental importância para cumprir tal assistência. Os autores reforçam também que danos emocionais e psicológicos são um dos principais efeitos negativos no binômio mãe-filho.

O processo de mudança presente na assistência ao parto com a incorporação das práticas de humanização tem sido de total relevância, pois nos últimos 20-30 anos tem se estimulado o uso de propriedades naturais identificando assim os esforços presentes para minimizar as ocorrências de VO. Apesar de tudo a violência verbal ainda predomina durante o trabalho de parto trazendo experiências negativas para as mulheres, por isso intervenções desnecessárias impõem a mulher a retirada de seu protagonismo tornando o desfecho desfavorável (Bitencourt *et al.*, 2022).

Os sentimentos vivenciados pelas parturientes com maior intensidade foram os de vulnerabilidade, inferioridade, insegurança, e a falta de privacidade durante o processo de parir, além de descreverem procedimentos não recomendados sendo realizados com frequência como toques vaginais em menos de 60 minutos, manobra de kristeller, impedir de ingerir alimentos durante trabalho de parto, contenção das mãos durante cesariana, conversas paralelas por profissionais, recém nascidos sem contato com a mãe retirando-o da sala sem o consentimento e sem o contato da hora ouro (Costa *et al.*, 2021; Pereira *et al.*, 2023).

Outros exemplos destas práticas são negar acesso do acompanhante escolhido pela parturiente, o atraso na prestação da assistência, estar sozinha em um local desconhecido em posição de submissão e dependência de cuidados além de suas genitálias expostas, uso de hormônio indutor do parto e a prática de episiotomia sem consentimento, ressaltando assim a necessidade de um olhar holístico e a introdução de equipes multiprofissional desde o início da gestação (Garcia *et al.*, 2023).

Sentimentos do tipo medo, ansiedade são os que estão ligados diretamente ao trabalho de parto tendo influência sociocultural, educacional e financeira. Estas mulheres levam consigo interferências médicas e científicas, além das suas próprias experiências e de mulheres próximas, interligando assim a falta de informação como fator primordial para tais situações influenciarem ao seu parto (Damasceno; Marciano; Orsini, 2021).

Convém mencionar que a VO é um problema de saúde pública que por sua vez muitas das usuárias identifica sentir medo referente ao parto vaginal, com receio de serem agredidas, desrespeitadas ou até mesmo violentadas ao ponto de ocorrência de óbito materno ou fetal (Nascimento *et al.*, 2022).

A enfermagem, que atualmente é vista como pilar da realização das boas práticas, porém foi perceptível a falta de autonomia na prática dos enfermeiros obstetras, tendo como desafio no ambiente de trabalho a hierarquização das classes profissionais que tentam desvalorizar a categoria. Mesmo diante destes fatos não retira a importância da categoria médica dentro do processo de parir. Corroborar, e acrescenta que a carga horária de trabalho, a frequência e as condições para realizar os plantões não são o ideal além do Programa de Atenção Materno Infantil (PAMI) que traz o desânimo e o pouco reconhecimento em relação à especialidade como problemas presentes dentro da assistência obstétrica (Costa *et al.*, 2021 ; Borges *et al.*, 2021).

O papel da enfermagem inicia desde a consulta de pré-natal realizando orientações educativas para assim preparar as mulheres ao processo de parir (Oliveira; Elias; Oliveira, 2020). Assim, torna-se evidente a relevância de capacitar os profissionais de saúde no atendimento às gestantes, configurando-se como um ponto crucial tanto em termos políticos quanto institucionais para assegurar a qualidade dos serviços prestados (Paula *et al.*, 2020). Acrescenta-se que a educação em saúde ela deve ir a todos os setores inclusive na atenção hospitalar, trazendo assim novas técnicas e conhecimentos para todo o processo (Souza *et al.*, 2019).

Segundo a Organização Mundial de Saúde a recomendação a ser seguida para todas as mulheres no ciclo gravídico-puerperal, é que o cuidado seja executado garantindo dignidade, privacidade e confidencialidade, além de permitir a liberdade de escolha e de receber informações necessárias, garantindo ausência de danos e maus tratos (Orso *et al.*, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência obstétrica é estudada desde os primórdios do parto e continua a ser amplamente discutida atualmente. Há muito a ser debatido até que se alcance sua diminuição nos serviços de saúde.

Desta forma, é notável que os autores citados neste artigo se complementam, pois existe um questionamento em todos sobre como a violência ocorre, a maneira que repercute na vida das mulheres, a prevalência do conhecimento das mulheres que o parto normal remete a sofrimento e dor para a mãe e o bebê. Pensamentos como esses têm levado à adoção diária do modelo intervencionista para acelerar o processo de parto, as justificativas utilizadas para a realização destas intervenções é diminuir dor e o sofrimento da mulher, e prevenção de intercorrências, que de certa forma poderiam ser evitadas se existisse uma assistência única e individualizada para cada parturiente.

Os profissionais de saúde, muitas vezes, não praticam a humanização em sua assistência, recorrendo à violência obstétrica de forma automática e banal, sendo insuficiente no vínculo entre profissional e paciente, de modo que esses profissionais se façam presentes prestando apoio, passando confiança e segurança durante todo o período do trabalho de parto. Foi visto que as principais formas de VO sofrida pelas parturientes foram a realização de intervenções desnecessárias, o dano principal é a perda de autonomia expressando inúmeros sentimentos.

Por fim, destaca-se a importância de intervir diretamente na assistência obstétrica oferecida a essas mulheres vítimas de violência obstétrica, de modo que seja realizada capacitação aos profissionais de saúde para atuar como facilitadores da prevenção de violência, construindo um plano de parto durante o pré-natal documentando decisões para um ambiente humanizado e acolhedor que a parturiente deseja na hora do parto,

proporcionando um parto desejado, saudável e seguro para a mulher e ao bebê, seja ele no serviço público ou privado. Formando assim uma construção de conhecimento e empoderamento para que na hora de parir todas conheçam seus direitos e tenham total autonomia de escolha sobre seu parto.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Janaina Marques de et al. Violência institucional, direitos humanos e autoridade tecno-científica: a complexa situação de parto para as mulheres. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e200231, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.200231>. Acesso em: 19 Fev. 2024.

ALMEIDA, Joseneide Viana de et al. Percepção das puérperas de um hospital materno infantil sobre a violência obstétrica no estado de Roraima. **Rev. Pesqui.(Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, p. 11680-11680, 2022. Disponível em: <https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/11680> Acesso em: 22 Jan. 2024.

ALEXANDRIA, Samara Teles de et al. La violencia obstétrica bajo la perspectiva de los profesionales de enfermería involucrados en la asistencia al parto. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14198/cuid.2019.53.12> Acesso em: 22 Jan. 2024.

BITENCOURT, Angélica de Cássia, Oliveira Samanta Luzia de, Rennó Giseli Mendes. Violência obstétrica para os profissionais que assistem ao parto. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/WTdCwpYf5CrLpWL5y4wYfMp/?lang=pt>. Acesso 22 Jan.de 2024.

BITENCOURT, Angélica de Cássia; Luzia de Oliveira, Samanta; Mendes Rennó, Giseli. Significado de violência obstétrica para os profissionais que atuam na assistência ao parto. **Enfermagem em foco**, v. 12, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2021.v12.n4.4614>. Acesso em: 14 mar. 2024.

CASTRO, Antonia Tainá Bezerra; ROCHA, Sibebe Pontes. VIOLENCIA OBSTÉTRICA Y CUIDADOS DE ENFERMERÍA: REFLEXIONES DE LA

LITERATURA. **Enferm Foco**, v. 11, n. 1, p. 176-181, 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2798/725>. Acesso em: 19 Fev. 2024.

COSTA, Maria Cláudia Medeiros Dantas de Rubim et al. Vivenciando as desordens na prática do cuidado do enfermeiro obstetra: o olhar complexo ao fenômeno. **Rev. Pesqui.(Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, p. 490-496, 2021. Disponível em: https://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/9245/pdf_5. Acesso em: 19 Fev. 2024.

DALLACOSTA, Lediana et al. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA PRÁTICA VIVENCIADA POR MULHERES NO PROCESSO PARTURITIVO. **Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE**, v. 16, n. 1, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.5205/1981-8963.2022.252768>. Acesso em: 22 Jan. 2024.

BORGES DAMAS, Lareisy et al. Manifestaciones de violencia durante el parto percibidas por mujeres y profesionales de la salud. **Revista Cubana de Enfermería**, v. 37, n. 1, 2021. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-03192021000100013&lng=es&nrm=iso Acesso em: 19 jan. 2024.

DAMACENO, Nara Siqueira; MARCIANO, Rafaela Paula; ORSINI, Mara Rúbia de Camargo Alves. O imaginário materno sobre os partos cesáreo e vaginal. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. e224530, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003224530> Acesso em: 24 Jan. 2024.

GARCIA, Rosemeire Rodrigues et al. A atuação da equipe multidisciplinar na prevenção da violência obstétrica. **J. Health Sci. Inst.**, p. 6-6, 2023. Disponível em: https://repositorio.unip.br/wp-content/uploads/tainacanitems/34088/104361/08V41_n2_2023_p117a122.pdf Acesso em: 15 Mar. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

MIRANDA, Flávia Lima et al. Violência obstétrica: percepções de enfermeiros obstétricos em uma maternidade de Minas Gerais. **Hu Revista**, v. 45, n. 4, p. 415420, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1982-8047.2019.v45.27818> Acesso em: 22 Jan. 2024.

NASCIMENTO, David Ederson Moreira do et al. Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto. **Nursing (Ed. bras., Impr.)**, p. 8242-8253, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36489/nursing.2022v25i291p8242-8253> Acesso em: 14 Fev. 2024.

ORSO, Livia Faria et al. Violência Obstétrica: experiência da equipe multidisciplinar em saúde. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. [1-15], 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021.246960> Acesso em: 19 Fev. 2024.

OLIVEIRA, Mariana Roma Ribeiro de; ELIAS, Elayne Arantes; OLIVEIRA, Sara Ribeiro de. Mulher e parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. [1-8], 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.243996>. Acesso em: 22 Mar. 2024.

PAULA, Enimar de et al. Obstetric violence and the current obstetric model, in the perception of health managers. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 29, p. e20190248, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-8963.2020.243996> Acesso em: 25 mar. 2024.

PEREIRA RODRIGUES, Diego et al. Os significados da violência obstétrica no processo de parto e nascimento. **Rev. Cubana Enfermer, Ciudad de la Habana**, 2023. Disponível: scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-0319-2023-0001-00028&lng=en&nrm=iso Acesso 15 Mar. de 2024.

SILVA, Fabiana da Conceição, et al. O saber de puérperas sobre violência obstétrica. **Rev enferm UFPE online**. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/242100/33740> Acesso em: 22 Jan. 2024.

SOUTO, Raissa Emanuelle Medeiros et al. Formas e prevalência da violência obstétrica durante o trabalho de parto e parto: revisão integrativa. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. [1-16], 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/19818963.2022.253246>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SOUZA, Ana Clara Alves Tomé de et al. Violência obstétrica: uma revisão integrativa. **Rev. enferm. UERJ**, p. e45746-e45746, 2019. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/45746/3309> 6. Acesso em: 14 fev. 2024.

VELOSO, Ana Cecília Fragozo et al. Atuação dos profissionais de saúde e o processo de humanização no centro obstétrico. **Nursing Edição Brasileira**, v. 23, n. 268, p. 4570-4579, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36489/nursing.2020v23i268p4570-4579> Acesso em: 22 jan. 2024.